

## ***O SISTEMA RECURSAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS***

---

**RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Presidente, é uma satisfação dividir esta Mesa com Vossa Excelência, juiz exemplar, que há pouco deixou a presidência do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, função que exerceu com segurança e tantos êxitos administrativos.

Devo, inicialmente, reiterar as homenagens que V. Exa. prestou à Ajufe, ao seu Presidente, Dr. Flávio Dino, e a todos os juízes federais que estão trabalhando nos Juizados, tanto na elaboração do projeto de lei como nos encontros realizados antes da aprovação da lei, e, agora, nos esforços que desenvolvem para a concretização dessa idéia. Os Juizados Especiais Federais devem muito à participação dos juízes federais e da Ajufe, e isso vem desde o primeiro encontro, que se realizou na cidade do Recife, e ainda de antes, com a apresentação das primeiras sugestões para a elaboração da lei. Já referi esses fatos e os nomes das pessoas envolvidas quando da apresentação que fiz a trabalho de pesquisa de campo publicado pelo Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal.

Hoje, quando estamos iniciando a implantação do sistema, nada mais oportuno do que reunir as pessoas que participam desse trabalho, os juízes, os advogados, as entidades públicas, os conciliadores, para que sejam examinadas as principais questões propostas, as dificuldades que já surgiram e as que poderão surgir no futuro imediato.

Venho tratar sobre os recursos. Não sei bem qual a razão dessa indicação, porque não sou processualista, não gosto de recursos e tenho sido convocado seguidamente para tratar do assunto. No entanto,



<http://bdjur.stj.gov.br>

---

\* Aposentado do cargo de Ministro do STJ, a partir de 12/8/2003.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. O Sistema Recursal nos Juizados Especiais Federais. SEMINÁRIO: JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: INOVAÇÕES E ASPECTOS POLÊMICOS. **Anais...** Brasília: AJUFE, 2002, p. 179-201.

cuido de atender à determinação, soldado obediente às ordens do Dr. Flávio Dino.

Antes de ingressar no tema proposto, gostaria de lhes falar sobre a minha convicção a respeito do modo pelo qual prestamos a jurisdição e o que poderá o Juizado significar nesse ambiente.

Estou plenamente convencido, e repito isso sempre que possível, de que está absolutamente superado o modelo segundo o qual é cumprida a tarefa jurisdicional no país. É o que explica a existência de 200 mil processos distribuídos por ano no STJ, que é um Tribunal superior para decidir algumas causas, e as centenas de milhares de processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal, nossa mais alta Corte, cujas decisões traçam em última instância a fisionomia político-jurídica da nação. O exagero chegou a tal ponto que é constrangedor dizermos a um jurista estrangeiro a quantidade de processos que recebem os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, o que para muitos é incompreensível e chega a ser inacreditável quando afirmamos que os julgamos em igual quantidade.

No mês que passou, recebi quatrocentos e oitenta recursos. Considerando que posso trabalhar dez horas por dia, durante trinta dias, são trezentas horas; como cem horas perco nas reuniões do colegiado, sobram duzentas horas, isto é, trabalhando todos os dias, tenho dez horas por dia, e trinta minutos para dispensar a cada recurso. Esse não é apenas um problema do STJ, é da Justiça como um todo, dos tribunais regionais, dos juízes de primeiro grau. Se não cuidarmos, será em breve um problema também dos Juizados.

É a adoção desse modelo que explica por que temos nos tribunais regionais federais um resíduo de 1 milhão, 150 mil feitos, o que levará dois anos, no mínimo, apenas para vencer os processos que já foram distribuídos. No 1º Grau da Justiça Federal tínhamos um resíduo,

em setembro de 2001, de 3 milhões de processos, que somente serão vencidos em cinco anos, considerando a média de julgados na Justiça Federal.

A situação da Justiça Estadual não é diferente. Talvez seja até mais grave em alguns Estados, a que se soma a limitação de gastos, a dificultar qualquer melhoria dos serviços prestados. Isso não se deve à falta de trabalho dos que estão envolvidos, dos advogados, dos servidores, dos juízes. Deve-se, penso eu, ao modelo em que estamos inseridos e que usamos para trabalhar. Esse modelo não é novo, e já estava em crise há mais de dez anos, agravando-se cada vez mais. Se verificarmos uma estatística das Justiças Estaduais e da Justiça Federal, veremos que há um acréscimo médio de 10% a 15% na demanda, e não há acréscimo de 10% a 15% na estruturação dos serviços judiciários; nem o Estado suportaria esse aumento constante na organização burocrática e na despesa com pessoal. Portanto, é preciso pensar em mudar o modo de trabalhar, que é lento, formalista, elitista, e não satisfaz. Fazem-se críticas ao Judiciário, e a principal delas, presente diuturnamente, é a demora, a lentidão. Quem mais sente isso são os próprios juízes que, no entanto, são apresentados como sendo os causadores dessa demora.

Por isso, acredito ser imperiosa mudança substancial. Os Juizados não são a solução desse problema, mas acredito que sejam um dos caminhos pelos quais se pode andar; nos últimos anos foi o que mais eficácia mostrou. Três idéias básicas ele concretiza: uma é a de que, em princípio, todas as demandas - à exceção de uma ou outra - podem ser resolvidas em uma audiência, com as partes trazendo as suas provas, e o juiz proferindo a sua sentença; em segundo lugar, que dessa sentença caiba apenas um recurso, para uma turma recursal; por último, que se possa, na estruturação do serviço, empregar conciliadores. Na Justiça Estadual, há os juízes leigos; porém, não os temos na Justiça Federal,

embora constasse do projeto inicial. Os conciliadores podem ser, e acredito que serão, peça fundamental para dar vazão à pauta dos Juizados.

Quando se tratou de elaborar a Lei nº 10.259, a idéia foi a de manter o que já existia regulado na Lei dos Juizados Estaduais, dando cumprimento à Emenda nº 22/99: apenas tratar daquilo que era indispensável e específico para a Justiça Federal. Usou-se, portanto, da experiência da Justiça Estadual, que, se não é excelente em alguns estados, onde efetivamente foi implantada, é uma boa experiência, e que poderia nos encaminhar para usar do que já estava ali disposto e assim regular os Juizados Federais. Não tem nenhuma procedência a tese de que, por versar causas da União e suas entidades, seria indispensável criar uma nova lei processual, como se houvesse necessidade de um processo para as causas federais e um outro processo para as demais demandas. Se fosse assim, estaria na hora de ser elaborado um novo Código de Processo Civil para a Justiça Federal. Na verdade, basta introduzir regras específicas para as causas em que é parte a entidade pública, no que diz com a citação, representação, eliminação de alguns procedimentos existentes na lei ordinária mas incompatíveis com os Juizados (como o reexame necessário) e, principalmente, inovar quanto à execução. O mais é regramento comum que deve ser mantido, quanto mais não seja, para evitar maior proliferação de normas e formalidades, além de se aproveitar a elaboração doutrinária já existente a respeito da Lei 9.099/95.

O bom funcionamento do Juizado depende de algumas condições próprias. Uma delas é a necessidade de contar com funcionários preparados para trabalhar no balcão, receber as partes e a reclamação. Precisamos organizar em cada um desses Juizados um corpo de conciliadores aptos a dar-lhes resposta de imediato, o que significa ter um conhecimento médio das questões de direito material e um conhecimento

razoável de como atuar em uma mesa de conciliação; precisamos ter um juiz disposto a deixar de lado as formalidades do processo ordinário e cuidar desse processo com outro olhar, com outra disposição, com a independência que os juízes do sistema anglo-saxão têm em relação ao procedimento, idéia essa que ficou agora reforçada, quando a Inglaterra, ao regular o seu processo civil, permitiu ao juiz amplo poder de disposição a respeito do procedimento; precisamos de um advogado da entidade pública que se disponha a examinar a questão de direito material e não se prenda ao formalismo das preliminares, porque, na verdade, o que interessa para todos, Estado e cidadãos, é a solução do litígio; finalmente, usar, na medida do possível, em toda a sua extensão, o sistema de computação.

### **Trato dos recursos**

Na legislação aplicável aos Juizados Estaduais, o recurso é apenas um, cabível da sentença, a ser julgado pela turma recursal, integrada por juízes de primeiro grau. Nos Juizados Federais foi permitida a medida cautelar, daí a necessidade de ser previsto um recurso contra a decisão deferitória do pedido cautelar, também dirigido à turma recursal. A nenhum se deu nome, tudo é recurso, recurso contra decisão e recurso contra a sentença, os dois a serem interpostos no prazo de dez dias. Não há prazo em dobro para as partes, nem reexame necessário. A turma recursal é composta de três juízes residentes na sede da turma, escolhidos por merecimento e antigüidade, pelo respectivo tribunal. O art. 46 da Lei nº 9.099, ao tratar dos recursos e dos julgamentos nas turmas recursais, diz: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão." Quer dizer, haverá um julgamento na turma recursal absolutamente despojado, porque o que se quer, realmente, é o julgamento da causa.

Há, ainda, além desse recurso que cabe da decisão cautelar e da sentença, o incidente de uniformização, regulado no art. 14.

Quando da elaboração do projeto, houve diversas reuniões no STJ com a colaboração e a participação de juízes federais, reuniões do Conselho e com a Advocacia Pública. Esta manifestou a preocupação da União, de todos os seus órgãos de um modo geral, de que não poderia ela, sendo a ré, nas diversas Instâncias e nos diversos Estados, responder pelo mesmo fato mas condenada de modo diverso em cada um deles, tendo de pagar dez no Amazonas e cinquenta em São Paulo. Daí a necessidade de uniformizar esses julgamentos. Uma das soluções seria admitir o recurso especial diretamente ao STJ, o que significaria trazer para a vala comum, isto é, incluir nas dificuldades próprias do procedimento ordinário, todas as causas em que houvesse a alegação de divergência ou de ofensa à lei. Tal solução nos pareceu inconveniente do ponto de vista do Juizado, porque atrasaria de modo infundo as demandas, e representaria um acréscimo significativo no número de recursos a serem julgados pelo STJ. A solução que nos pareceu mais conveniente, portanto, foi a de, permitindo de algum modo essa uniformização de interpretação da lei em todo o País, mantê-la dentro do próprio sistema dos Juizados, tanto quanto possível. E sob essa perspectiva foi normatizado o incidente na nova lei. Quando houver divergência entre as turmas, estas reunir-se-ão para vencer o dissídio. Quando a divergência surgir entre turmas de regiões diferentes, a questão será apreciada por turma de âmbito nacional, reunida em Brasília, composta por dois juízes das turmas recursais de cada região, dez membros, portanto, presidida pelo Coordenador da Justiça Federal. Essa turma de uniformização recursal nacional estabelecerá a orientação a prevalecer nos Juizados. Se dessa decisão se puder alegar contrariedade com orientação predominante ou com a súmula do STF ou do STJ, então caberá levar o incidente à apreciação de uma das Cortes, conforme o caso. Nesse esquema, o julgamento somente sairá do sistema quando a decisão, tomada pela

turma de uniformização nacional, tiver contrariado orientação firme do STF ou do STJ. A lei não tratou do recurso extraordinário contra julgado que contrariar o texto da Constituição Federal, assim como tem sido atualmente admitido.

Pode-se argumentar que o procedimento introduz várias fases no processamento do incidente de uniformização dentro do Juizado. Realmente isso acontece, mas foi a única forma encontrada para compatibilizar a possibilidade da uniformização com a idéia de que poderia ser feita dentro do próprio sistema.

O Conselho da Justiça Federal aprovou resolução que regula o funcionamento da turma recursal em âmbito nacional. Está tratando, também, de encontrar meios para que tal reunião se dê por meio eletrônico, de preferência via teleconferência, para permitir - está previsto na lei - que os juízes não se desloquem das suas varas para integrarem a turma recursal, sediada em Brasília.

Por sua vez, o STJ, na semana passada, aprovou a resolução que dispõe sobre o processamento do incidente de uniformização no seu âmbito. O pedido será distribuído à Seção competente: para a Primeira Seção, no que diz respeito às causas que versarem sobre Direito Público em geral; à Segunda Seção, para a matéria de Direito Privado, e à Terceira Seção, quanto à questão previdenciária e às causas de interesse dos servidores públicos. O relator admitirá ou não o incidente; admitindo-o, abrirá a oportunidade para que as partes ou terceiros interessados se manifestem em trinta dias, mediante ampla divulgação, submetendo o processo a julgamento prioritário, permitida a sustentação oral. Ao julgar o incidente, será elaborada súmula, que assim pacificará a orientação no âmbito do Tribunal, o qual não mais voltará a se manifestar sobre a matéria, salvo se for para retificar ou cancelar o enunciado. Acredito que assim deveria acontecer com os recursos especiais hoje julgados pelo

Tribunal, que se vê a braços com a tarefa invencível de apreciar milhares de recursos iguais quando, na verdade, uma vez julgada a matéria, não poderia ser permitida a renovação de recursos sobre o mesmo tema, a não ser com o propósito específico (e então com um procedimento adequado) de modificar o entendimento.

Devo enfatizar a importância da participação do *amicus curiae* no processamento do incidente junto ao STJ.

É que a lei autoriza a intervenção de terceiros interessados como modo de garantir a participação de entidades que defendem interesses difusos ou coletivos e, assim, de interesse geral, mas que não sejam partes na causa. Não obstante a repercussão que terá o julgamento para todo um universo de interessados, o particular que é parte no processo muitas vezes não sabe desse julgamento, não o acompanha e sequer tem noção do reflexo que dele poderá advir para toda uma comunidade de pessoas. Daí a conveniência de que decisão dessa natureza, especialmente quando se tratar de uniformizar entendimento jurisprudencial, seja tomada depois de oportunizada ampla manifestação dos interessados, que, apesar de não serem partes naquele processo, poderão sofrer as consequências do que ali ficar decidido. A experiência que se tem no próprio STJ evidencia a necessidade de ser aberto o debate sobre as questões que serão resolvidas nas Seções ou na Corte Especial para definir orientação do Tribunal, as quais surgem nos recursos sem que as partes sequer saibam que aquele caso está sendo tomado para definir a orientação futura.

Como é possível que essas suscitações de uniformização sejam feitas normalmente pela União e suas entidades, que terão condições de exercer a defesa do seu ponto de vista com plenitude, entendeu-se conveniente permitir, nesse momento, a intervenção de entidades outras, que poderiam vir a defender o ponto de vista contrário,



quando este interessar a um grande número de pessoas. Daí a intervenção do *amicus curiae*, importante novidade no nosso sistema processual civil, pois introduz no processo, ao lado das partes, uma personagem nova como meio de assegurar a efetiva sustentação de todos os interesses em jogo, sejam do autor, sejam do réu, ao permitir a intervenção de todos quantos demonstrarem interesse legítimo. Quanto mais bem informados os julgadores a respeito da questão, melhor será o julgamento. E como se trata de procedimento expedito, com a simples juntada de razões, documentos, laudos periciais, etc., em prazo comum a todos, não há nenhum inconveniente na sua implantação.

A uniformização somente caberá quando se tratar de questão de direito material, afastada a possibilidade da uniformização de direito processual. Isso porque o interesse manifestado, quando da elaboração da lei, foi o de resolver os litígios de forma padronizada em todo o País. Tais litígios dizem com direito material, não com o processo. Quando, a respeito de questões processuais, surgir divergência entre as turmas, na mesma ou em diferentes reuniões, nada impede que sejam realizadas consultas para que se encontre orientação comum a todas, independentemente de pronunciamento judicial.

Quando me perguntam se esse sistema dará certo, digo que somente poderá dar certo. Temos uma Justiça Federal integrada por juízes qualificados, que demonstram, a todo momento, sua capacitação profissional; são jovens conscientes da necessidade de prestar uma boa jurisdição. Todos queremos uma solução para esse problema da morosidade e da dificuldade na prestação jurisdicional. Uma vez que ele está presente, e tendo à mão uma alternativa, tenho certeza de que será apanhada e abraçada com ênfase, como se percebe da experiência que se teve nesse pouco tempo. Portanto, temos juízes, para isso.

Possuímos uma estrutura administrativa excelente. No Estado brasileiro, dificilmente encontraremos, espalhada pelo país, repartição pública com uma estrutura mais qualificada do que a dos cartórios da Justiça Federal, seja da 1ª Instância, do 2º Grau, no Superior Tribunal de Justiça. Portanto, há uma estrutura organizacional para que isso possa funcionar, e que pode ser redirecionada para atender ao novo desafio.

Temos conciliadores, pessoas dispostas a participar do trabalho, convocados individualmente pelos juízes, quer mediante edital público, quer pelos convênios celebrados com universidades, cursos de Mestrado, etc., e a experiência revela o interesse na participação de conciliadores.

De parte da advocacia pública, seja da AGU, dos departamentos jurídicos da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal ou do Ministério da Fazenda, sempre veio colaboração efetiva, desde os tempos da elaboração do projeto de lei até o momento atual, quando se cuida de implantar o sistema com o reiterado propósito de colaborar e permitir condições favoráveis à instalação e ao funcionamento dos Juizados. Cada um com suas dificuldades e suas preocupações, mas sempre com a disposição de resolvê-las. Isso, penso eu, decorre da idéia que perpassa a administração pública, de que a ninguém interessa a existência de pequenos litígios, miúdos interesses desatendidos, a gerar insatisfação generalizada, reclamações e protestos por parte de uma cidadania cada vez mais consciente de seus direitos. Tais demandas nem deveriam ser judicializadas. Porém, como tudo no Brasil é judicializado, impõe-se que tais processos sejam julgados e resolvidos. Significativo exemplo dessa disposição de vencer a burocracia e o formalismo está no rito adotado para a execução das sentenças proferidas nos Juizados Especiais, vencendo-se em dias o que ontem demorava anos. E na prática, já neste ano, fomos mais longe do que se poderia esperar: está

no orçamento verba colocada à disposição dos tribunais para o pagamento imediato das sentenças condenatórias.

Por fim, contamos com um instrumento legal que permite alternativas e soluções criativas por parte dos juízes e dos tribunais.

Os Juizados só não darão certo se não tivermos condições de gerenciar o sistema, de bem resolver as dificuldades que surgirão e boa disposição para aplicar a nova lei, que é flexível. Os Juizados, digo eu, são e serão o que os juízes quiserem que eles sejam. Portanto, a nossa responsabilidade é grande e, como disse o Dr. Plauto, ilustre Presidente desta Mesa, dependerá do que se fizer com estes Juizados o próprio prestígio da Justiça Federal. Temos condições de dar uma resposta satisfatória.

Com isso, reafirmo uma profissão de fé no que se pode fazer nesse sentido. Não desconheço a existência dos diversos problemas. Sei que se agravarão com o tempo, pela falta de condições para instalar de imediato uma nova estrutura e pela carência de recursos próprios, mas temos uma lei de criação de cargos em tramitação.

Também não quero minimizar a dificuldade que pode acontecer em razão da pauta. O nó górdio da prestação da justiça, que depende de audiências, estará na capacidade de realizá-las em número suficiente para atender à demanda. Se entram cem processos por semana, temos de realizar cem audiências. Se marcarmos apenas cinquenta, os outros se acumularão. Portanto, precisamos de condições para marcar na semana tantas audiências quantas as necessárias para cumprir a pauta. Caso tenhamos de definir a pauta para um ano, não precisamos sair da justiça ordinária; ruim por ruim, bem podemos ficar com o que temos. Portanto, a pauta é a principal preocupação na imediata implantação dos Juizados.

Verifico, porém, que no Rio de Janeiro, uma das soluções encontradas para isso foi a de evitar a inclusão na pauta das causas que independem de audiência. Outra solução será atribuir aos conciliadores uma atuação mais ampla do que a simples proposta de acordo, uma vez que eles poderão, sob a presidência de um juiz, não apenas propor a conciliação, como desde logo recolher as provas apresentadas, submetendo de pronto o feito ao julgamento do magistrado, com as informações sobre o pedido, a prova produzida e as questões postas em debate. Assim, um juiz poderá dirigir ao mesmo tempo diversas audiências e proferir sentença fundamentada no que for indispensável.

Eram essas as considerações que julguei oportuno trazer aos senhores. Mais uma vez, agradeço o convite e me disponho a responder às questões que forem formuladas.

Muito obrigado.

## **DEBATES**

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** Parabenizo o Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar pela clareza da palestra e pelo entusiasmo com os juizados especiais, entusiasmo esse que não é de hoje. Há muito, S. Exa. acompanha os juizados especiais. Penso que devemos ser contagiados. Acredito que essa seja uma oportunidade única da Justiça Federal se impor, agora sim, de uma forma diferente daquela iniciada.

Passo às perguntas: “Sr. Ministro, qual a opinião de V.Exa. sobre a legalidade da resolução do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que fixou o prazo de cinco dias para a interposição de recurso em face de medida cautelar concedida no juizado especial federal?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** A Lei não fixa prazo para esse recurso, daí a possibilidade de o tribunal, ao regular esse

procedimento, estabelecer o prazo de cinco dias. Melhor seria se ficássemos sempre com o prazo de dez dias, mas não é ilegal a fixação do prazo em cinco dias, porque a Lei não dispõe de forma diferente.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, qual o prazo para a apresentação do incidente de uniformização do art. 14, § 4º?”.

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** O prazo é de dez dias.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, o art. 14, § 4º, viola o art. 105 da Constituição Federal, ao ampliar a competência do STJ?”. Pergunta, ainda, o mesmo autor: “A Lei nº 10.259 não fixa expressamente o prazo para recurso da sentença à turma recursal. Desse modo, o prazo não cairia na regra geral de cinco dias prevista no CPC?”.

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Nas sugestões à reforma do Poder Judiciário encaminhadas pelo STJ ao Senado Federal, havia um artigo que incluía em sua competência o julgamento desse incidente de uniformização e o Senado não o acolheu. Com isso, ficamos com a competência que está, hoje, no art. 105, em que realmente, não há previsão de competência para esse julgamento. Se, porventura, se julgar inconstitucional inexistirá essa última fase de uniformização, que ficará restrita ao âmbito dos juizados especiais. Não sou contra essa solução final, mas acredito, também, que se poderia dizer que, ao julgar o incidente de uniformização, o tribunal estaria exercendo uma atividade que não chega a ser vedada pela Constituição Federal. Na verdade, até hoje, não se conhece de recurso especial de decisões das turmas recursais sob o argumento de que elas não são proferidas por tribunais. O art. 105 apenas refere-se ao recurso de decisões de tribunais. A prevalecer esse entendimento, não caberia conhecer desse incidente de uniformização, porque a decisão sobre ele não é oriunda de um tribunal.

Veremos isso no futuro.

O prazo de recurso de dez dias pode ser fixado, no caso, pelo Conselho, que regula o incidente em seu âmbito, e pelo STJ por sua vez.

A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil é que não deve ser feita., pois não está dito na Lei. Entendo que as questões procedimentais dos juizados, quando surgirem e não estiverem reguladas na Lei, devam ser resolvidas de acordo com os princípios desta lei, para preencher a lacuna, mas não usar, subsidiariamente, o formalismo do Código de Processo Civil.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** Pergunta de Marcelo Siqueira, Procurador do INSS: “Havendo divergência simultânea entre turmas da mesma região e de regiões diversas, os recursos do art. 14, § 1º e , devem ser simultâneos, subseqüentes, ou o nacional afasta o regional?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** A lei dispôs sobre conflitos que se estabeleçam entre turmas da mesma região e sobre conflitos entre turmas de regiões diferentes. Se há conflito entre turmas de regiões diferentes, a propositura do incidente junto à turma nacional absorve as demais questões. Há que se aguardar essa decisão maior para superar a divergência. A existência da divergência entre turmas de regiões diferentes deve ser resolvida com prejudicialidade sobre as demais divergências.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, cabe mandado de segurança contra decisão de turma do tribunal?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Se admitirmos amplamente o mandado de segurança contra atos dos juizados perante os tribunais ordinários, no caso o Tribunal Regional Federal ou o Tribunal de Justiça, estaremos levando para a vala comum da justiça ordinária todas

as questões propostas nos juizados especiais. Bastaria a interposição do mandado de segurança. Daí por que sempre digo que cabe mandado de segurança dos atos tomados no âmbito do juizado para os órgãos internos do próprio Juizado. Se o ato é de um juiz, o mandado de segurança deve ser para a turma recursal; se o ato é da turma recursal, pode haver, eventualmente, mandado de segurança perante a mesma turma recursal, mas não da turma recursal para o Tribunal de Justiça ou para o tribunal regional federal.

Temos, de algum modo, no STJ, afastado esses mandados de segurança quando são propostos nas justiças estaduais.

Recentemente, tivemos um caso em que a parte ingressou com mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça de questão submetida ao juizado. O Tribunal deu-se por incompetente, e a parte ingressou com recurso no STJ alegando que cabia ao Tribunal de Justiça encaminhar o feito ao órgão competente. A orientação foi no sentido contrário, assim como a solução. Se admitirmos isso, as partes poderão ingressar no órgão que quiserem da justiça ordinária e exigir desse órgão o encaminhamento da sua pretensão para que o tribunal que recebeu o pedido entenda ser o competente.

Em resumo, penso que cabe esse mandado de segurança no âmbito do próprio juizado.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** Sr. Ministro, Alexandre Lobão faz a seguinte colocação: “No início da sua exposição, V. Exa. realçou a vedação da Lei 10.259 quanto à contagem de prazos em dobro, etc. Afirmou que tal vedação, em última análise, resultaria em mais uma afirmação da cidadania. Ocorre que a Lei Complementar nº 80/94, que estruturou a Defensoria Pública da União, estabeleceu como prerrogativa desses agentes públicos a contagem em dobro de todos os prazos - art. 44, 1, da Lei complementar. Como resolver esse aparente

conflito de normas? Os defensores públicos não assistem também aos cidadãos carentes?"

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Tenho dito sempre que não há interesse de ninguém em dificultar a defesa das entidades públicas. O juizado deve se comportar e se estruturar de modo a facilitar essa defesa. Ainda que se queira pressa, celeridade na solução, não há de ser com o sacrifício da oportunidade de defesa. Todos conhecemos as dificuldades próprias que tem o órgão público, por ser público e estruturado de forma grandiosa, de exercer sua defesa, ter conhecimento da existência da demanda, saber exatamente o que está acontecendo, reunir elementos de prova a respeito do fato e poder apresentá-los. Daí por que, na própria designação das audiências, há de se dar oportunidade para que o órgão público reúna elementos e ofereça a defesa. É necessário, na apresentação do laudo pericial, que o órgão público, especialmente a Previdência, tenha condições de ter conhecimento do que foi avaliado pelo perito e possa examinar e analisar a conclusão.

A idéia é garantir a plena oportunidade de defesa à entidade pública, porque isso também é do interesse nacional.

A duplicidade do prazo e o reexame necessário têm recebido muitas críticas. O reexame necessário, pela própria desnecessidade. O STJ tem tomado decisões, afastando, sempre que possível, apesar da Lei, o reexame necessário. Pela experiência dos juizados, haveria uma incompatibilidade entre uma multiplicação do prazo e a própria celeridade. Há que se dar a oportunidade de defesa, mantendo os prazos no modo pelo qual se exerce o próprio processo. A defesa há de ser feita na audiência, que será marcada com prazo suficiente para isso.

A Defensoria Pública exerce uma função de interesse, inclusive dos mais fracos. A ampliação do prazo para o exercício da defesa e a intimação pessoal são características próprias. Mas, na espécie, estamos



diante de uma Lei que regula especificamente a pequena causa, que tem regulação especial e funciona como regra especial.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, os atos teratológicos dos juizados serão conhecidos em mandado de segurança? Qual o órgão com competência para tal? Havendo decisões de turma com ofensa à lei, mas sem divergência, qual o recurso apropriado? O recurso para o STJ, no caso de existência de divergência, subsiste ante a inexistência de previsão constitucional?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Se o ato é teratológico, há mandado de segurança dentro do próprio sistema. Sou francamente favorável à possibilidade de se ingressar com mandado de segurança contra ato judicial, porque há que se dar sempre ao juiz e aos órgãos de revisão a oportunidade de rever suas decisões. Mas, em um certo momento, é preciso estabelecer um limite para essa possibilidade. No caso dos Juizados, considerando o valor da demanda, há que se entender que o limite dessa decisão está nas turmas recursais. Há o juiz de 1º Grau e as turmas recursais. Essa decisão é a última dentro do sistema. Dir-se-á que poderá acontecer aí uma ilegalidade, mas essa possibilidade existe sempre, inclusive nas decisões dos tribunais superiores. A possibilidade de ilegalidade existe também hoje nas justiças estaduais.

Somando o custo-benefício, pensando no que se quer obter diante da aplicação do sistema e na eventualidade de uma decisão contrária à lei, a solução pode ser a causa ser proposta nessas duas instâncias e, afinal, não ter mais recursos. Não podemos mais fugir desta alternativa. Podemos perseguir a justiça perfeita e, com isso, a imensidade de recursos, permitindo, como permitimos hoje, que o processo de conhecimento, o processo de execução e depois o cálculo dessa execução sejam encaminhados ao Supremo Tribunal Federal. Serão três processos em todas as instâncias, cada um tramitando por cerca de

quatro anos. Serão doze anos para qualquer causa, bastando que o advogado assim o queira, mas nem isso garante que, no final, fez-se a Justiça divina. Poder-se-á sempre dizer que houve contrariedade à lei.

Para se por um termo a isso, há que se confiar, e foi o que a lei fez. Confiou em quê? Que a turma recursal tem condições de tomar uma decisão. Vão dizer que essa decisão pode ser contrária à lei. Certa vez, fiz um levantamento dos recursos levados ao STJ, porque disseram que as decisões dos juízes em certo estado, nos juizados estaduais, não eram de boa qualidade e eles estavam decidindo contra a Lei. Fiz um levantamento do número de demandas que foram em Instância recursal a uma turma do Juizado Especial e à Quarta Turma do STJ, e do número de provimentos desses recursos. Julgamos recursos das decisões dos principais tribunais do País, e o número proporcional de reforma era superior a 55%. Nos juizados, a proporção de reforma das decisões dos juízes era de 35%.

A possibilidade de equívoco em uma decisão existirá sempre. Fiquemos, pois, com o limite da decisão das turmas recursais.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, a decisão do § 1º, do art. 14, configura decisão de última instância passível de interposição de recurso extraordinário?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Sim. O Supremo Tribunal Federal tem conhecido de decisões das Turmas Recursais, porque não há a limitação de só conhecer de decisões de Tribunais, e como são decisões de última instância, tem conhecido dos recursos extraordinários.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** “Sr. Ministro, cabe recurso do indeferimento da cautelar, vez que a Lei nº 10.259 fala apenas em recurso contra o deferimento?”

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Pelo que está na lei, cabe recurso do deferimento. Do indeferimento, não.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** Sendo a jurisprudência unificada por meio dos recursos de uniformização impositiva aos juízes do juizado, que instrumento existiria para a renovação dessa jurisprudência?"

**O SR. RUY ROSADO DE AGUIAR:** Impositiva não é. Trata-se de uma uniformização de jurisprudência, corresponde nos tribunais a uma decisão que se torna comum a todos os órgãos do Tribunal e que se espera seja também seguida pelos que integram o sistema dos Juizados. Mas, impositiva, no sentido de que somente aquela decisão há de ser tomada, não.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** A última pergunta: "Sr. Ministro, admitir-se-á recurso extraordinário Turmas Recursais nos termos hoje utilizados pelos juizados especiais estaduais?"

**RUY ROSADO DE AGUIAR:** É possível. Nada mudou com relação ao recurso extraordinário. Se o Supremo Tribunal Federal conhece dos recursos interpostos das decisões das turmas recursais estaduais, poderá conhecer, pelo fundamento da constitucionalidade, dos recursos extraordinários das turmas federais.

**O SR. PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO:** Não havendo mais perguntas, agradeço, em nome da Ajufe, a presença do Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar neste seminário, parabenizando-o pela exposição e pelas respostas às perguntas formuladas.

Agradeço a presença de todos, lembrando que a partir das 14 horas o Seminário irá continuar com a palestra da Dra. Marisa Ferreira dos Santos, Juíza Presidente dos Tribunais Especiais em São Paulo e do Dr.

Sérgio Eduardo Cardoso, Juiz Federal em Santa Catarina, que irão falar sobre “Os Meios Eletrônicos nos Juizados Especiais.”

Está encerrada a sessão.